

# História do Serviço Social – resgatando uma história de mulheres

History of Social Work – Recuperating a history of women

Rita Freitas\*

Nívia Barros\*\*

Adriana Mesquita\*\*\*

Iris da Silva\*\*\*\*

**Resumo** – Este texto tem como objetivo resgatar a participação feminina na constituição da história do Serviço Social, dando visibilidade aos caminhos percorridos e aos papéis desempenhados por algumas mulheres. Para isso, analisamos o caso das pioneiras da Escola de Serviço Social de Niterói, da Universidade Federal Fluminense (ESSN/UFF). O resgate de suas falas, através da história oral, foi o caminho metodologicamente traçado. Iniciamos o texto revisitando a história profissional para, em seguida, discutirmos acerca da necessidade de retirar da invisibilidade o protagonismo dessas mulheres ao construir uma profissão. Aprofundar essa dimensão aponta para a importância de pensarmos algumas questões, como a história das mulheres, o uso da dimensão do gênero e os feminismos na pesquisa acadêmica, o que compreendemos como um grande desafio que se coloca para a profissão.

**Palavras-chave:** história do Serviço Social; feminismo; gênero e história das mulheres.

**Abstract** – This text aims to recuperate the participation of women in the constitution of the history of social work, giving visibility to the paths covered and the roles played by women. In order to do this, we analyze the case of the pioneers of the Universidade Federal Fluminense's Niterói School of Social Service (ESSN/UFF). The recuperation of their speeches, through oral history, was the methodological route. We begin the text re-

\*Assistente Social. Professora da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense. Doutora em Serviço Social pela UFRJ, Pós-Doutora pelo Centro de Estudos Sociais CES-UC. *Correspondência:* UFF – Campus do Gragoatá, Bloco E, sala 418, São Domingos, Niterói – RJ. CEP: 24210-201. *Email:* <ritacsfreitas@uol.com.br>.

\*\* Assistente Social. Professora da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense. Doutora em Psicologia Social pela PUC-RJ. Pós-Doutora pelo Centro de Estudos Sociais CES-UC. *Correspondência:* UFF – Campus do Gragoatá, Bloco E, sala 418, São Domingos, Niterói – RJ. CEP: 24210-201. *Email:* <barros.nivia@gmail.com>.

\*\*\* Assistente Social. Professora da Escola de Serviço Social da Universidade Veiga de Almeida. Doutora em Políticas Públicas pela UFRJ. *Correspondência:* UFF – Campus do Gragoatá, Bloco E, sala 418, São Domingos, Niterói – RJ. CEP: 24210-201. *Email:* <adrianamesquita45@hotmail.com>.

\*\*\*\* Assistente Social, Graduada pela Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense. *Correspondência:* UFF – Campus do Gragoatá, Bloco E, sala 418, São Domingos, Niterói – RJ. CEP: 24210-201. *Email:* <irissilvamendonca@hotmail.com>.

visiting the professional history and then discuss the need to remove from invisibility the protagonism of these women when building a profession. Deepening this dimension points to the importance of thinking about some issues, such as the history of women, the use of the gender dimension and feminisms in academic research, which we understand as a great challenge for the profession.

**Keywords:** history of social work; feminism; gender and women's history.

## Introdução<sup>1</sup>

O Serviço Social é uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, que emerge e se gesta entre os anos de 1930 e 1940, no contexto de aprofundamento do capitalismo monopolista brasileiro e do reconhecimento da questão social. Recentemente, comemoramos 80 anos de uma profissão legitimada e reconhecida na sociedade brasileira, que contou com a presença e atuação de muitas mulheres para que isso acontecesse. Todavia, isso parece não ter visibilidade e reconhecimento no meio profissional.

Acreditamos ser importante, quando estudamos a história do Serviço Social, aprofundar os estudos e pesquisas sobre a presença e o papel dos diferentes atores políticos que participaram ativamente da efetivação e continuidade do Serviço Social. Estamos afirmando que poucos estudos dão notoriedade aos caminhos percorridos por essas mulheres e às estratégias (políticas, econômicas, etc.) usadas, ao longo dos anos, para a institucionalização da profissão. Nesse sentido, visitar e resgatar a trajetória histórica da profissão se torna importante diante da particularidade que o Serviço Social tem de ser uma profissão majoritariamente feminina e construída por mulheres<sup>2</sup>.

Assim, temos como objetivo resgatar a participação feminina nessa história, dando visibilidade aos caminhos percorridos e papéis desempenhados por algumas mulheres. Para isso, analisamos o caso das pioneiras da Escola de Serviço Social de Niterói, da Universidade Federal Fluminense (ESSN/UFF<sup>3</sup>). Nosso argumento parte da compreensão de que a história não pode ser apenas dos “grandes acontecimentos”, dos grandes eventos, mas também dos processos cotidianos, dos espaços micros, do dia a dia dos diferentes sujeitos sociais. Afinal, como afirmou Walter Benjamin (1994) nada do que aconteceu um dia pode ser considerado perdido para a humanidade<sup>4</sup>.

<sup>1</sup> Uma versão inicial e resumida desse texto foi encaminhada para o XV Enpess, em 2016, por suas autoras.

<sup>2</sup> As reflexões apresentadas foram produzidas no âmbito do núcleo de pesquisa do qual fazemos parte, o Núcleo de Pesquisa Histórica sobre Proteção Social/Centro de Referências Documentais (NPHPS/CRD), pertencente à Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense.

<sup>3</sup> Essa pesquisa contou com o apoio do CNPq e foi concluída em 2012. Para seu desenvolvimento, foram ouvidas as professoras pioneiras da ESSN/UFF.

<sup>4</sup> Ver, neste sentido, Chartier (1990) e Sharp (1992) que refletem acerca da história “vista de baixo”.

Dessa forma, o foco da análise está no surgimento da profissão do Serviço Social e no papel desempenhado pelas mulheres que a protagonizaram, tendo como ponto de partida uma epistemologia feminista<sup>5</sup>. Tal epistemologia, além da preocupação em resgatar as mulheres como sujeitos históricos, tem como pressuposto a negação das noções de neutralidade, objetividade, racionalidade e universalidade da ciência – pressupostos também partilhados por boa parte da literatura atual do Serviço Social. Partimos do entendimento de que a história do Serviço Social é, também, uma história de mulheres que construíram e ainda constroem essa profissão<sup>6</sup>.

A história oral<sup>7</sup> foi a metodologia utilizada nessa pesquisa por possibilitar o resgate da fala desses sujeitos – habitualmente esquecidos na “história oficial”<sup>8</sup>. Uma vez que as mulheres e os homens fazem a sua história a partir de condições concretas, não podemos esquecer que estas são atravessadas pelas dimensões de gênero, raça, classe social, cultura, geração, entre outras. Dentre elas, neste texto, enfatizaremos a dimensão de gênero.

Sobre essa metodologia, uma observação é importante de ser feita. Os estudos do cotidiano ajudam no reconhecimento do caráter público do mundo privado, o que até a década de 1960 não era discutido pela historiografia. Como afirmam Freitas e Braga (2012, p. 14),

esses estudos junto com as produções intelectuais históricas – concentrada na micro-história – ressaltaram a conexão inseparável entre as esferas privada e pública. Para Costa (2003) o que realmente mudou foi a perspectiva – já não interessa mais narrar apenas os ‘grandes feitos’ dos ‘grandes homens’. Como afirma essa autora, os estudos biográficos, as histórias de vida, que se referem à diversidade das pessoas e a sua pluralidade muitas vezes esquecida, representam uma dupla mudança nas abordagens no campo da história: do homem incomum para o comum; do sujeito único para o múltiplo. Um dos maiores desafios está na constatação de que homens e mulheres comuns ou incomuns vivem experiências diversas em relação aos processos sociais.

Dessa forma, dividimos o texto em três partes. Na primeira seção, revisitamos a história profissional, dando ênfase às análises atualmente hegemônicas que estudam o momento de criação do Serviço Social. Em seguida, buscamos resgatar o papel das mulheres enquanto sujeitos nesse processo, através da pesquisa realizada sobre a história das pioneiras da

<sup>5</sup> Ver: Narvaz e Koller (2006), Neves e Nogueira (2005) e, também, as reflexões de Santos (2006, 2012) acerca do ativismo na Academia como estratégia política para a construção de uma “Academia sem armários”. Nesse sentido, esta autora trabalha com a noção de uma “Sociologia Pública” e comprometida.

<sup>6</sup> Para uma aproximação maior à história das mulheres, ver Perrot (1988), Scott (1992), Farge (1991) ou Soihet e Pedro (2007), entre outras.

<sup>7</sup> Acerca da história oral, ver: Ferreira e Amado (1996), Alberti (2005) ou Portelli (1996).

<sup>8</sup> Nesse sentido, é necessário fazer um comentário em relação à chamada “nova história”, já que esta busca ouvir várias vozes, propondo inclusive um diálogo com o marxismo. Trata-se, nas palavras de Peter Burke (1992), de uma perspectiva histórica que se interessa por toda a *atividade humana*, intentando um diálogo com outras abordagens.

ESSN/UFF. Por fim, concluímos com algumas considerações acerca dos desafios a serem enfrentados na construção da história do Serviço Social, em que as mulheres sejam reconhecidas e façam parte desse processo.

### **Revisitando a história profissional**

Nos últimos anos, tem havido uma extensa produção bibliográfica sobre a história do Serviço Social no Brasil<sup>9</sup>. O livro de Iamamoto e Carvalho (1996) é fundamental para compreender o significado histórico da profissão no processo de reprodução das relações sociais na sociedade capitalista brasileira e sua inserção na divisão social e técnica do trabalho, mediante o uso de categorias fundamentais da análise marxista. Como afirmam os autores, “a apreensão do significado histórico da profissão só é desvendada em sua inserção na sociedade capitalista, pois ela se afirma como instituição peculiar na e a partir da divisão social do trabalho” (IAMAMOTO; CARVALHO, 1996, p. 16). Esse tipo de análise permitiu apreender as implicações políticas, históricas e sociais do exercício profissional, como também as dimensões objetivas e subjetivas que permeiam o trabalho do assistente social.

No Brasil, com o avanço do chamado Movimento de Reconceituação do Serviço Social<sup>10</sup>, a vertente crítico-dialética (NETTO, 2011), paulatinamente, consegue hegemonia na direção da categoria profissional através de um amplo movimento de revisão global, em diferentes níveis: teórico, metodológico, operativo e político. Isso marcou a aproximação cada vez maior com a teoria de Marx como forma de entender a realidade e o Serviço Social, ocasionando a construção das Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social de 1996, na efetivação do novo Código de Ética Profissional de 1993 e na revisão da Lei de Regulamentação da Profissão, de 1996.

Para Iamamoto e Carvalho (1996), durante o período de surgimento do Serviço Social brasileiro, o país vivia um momento de intensa agitação política, econômica e social. O contexto era de generalização do trabalho livre, do aumento da imigração, do desenvolvimento urbano, do processo de industrialização e de organização da classe trabalhadora. O surgimento de uma classe trabalhadora mais consciente de sua situação de exploração e organizada fez com que se desse notoriedade à situação de pobreza e miséria que se vivia, ou seja, à questão social. Conforme Iamamoto e Carvalho (1996, p. 77),

<sup>9</sup> Ver: Iamamoto e Carvalho (1996), Netto (2011), Backx (1994), Yazbek (2009), Oliveira e Chaves (2017) entre outros.

<sup>10</sup> Um marco foi o chamado “Congresso da Virada”, de 1979. O Movimento de Reconceituação se inicia na América Latina na década de 1960, fazendo uma crítica ao Serviço Social tradicional e propondo uma perspectiva crítica de compreensão da realidade. No Brasil, tem início uma ditadura militar que durou 20 anos. Dessa forma, foi no final dos anos 1970 que se inicia a aproximação com a perspectiva crítica marxiana.

a questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão.

Tais apontamentos deixam clara a efervescência e tensão social presentes no momento de emergência do Serviço Social. Isso levou a uma ação conjunta entre Estado, empresariado e Igreja, ainda que com interesses divergentes, com objetivo de formar uma aliança de cariz moralizador e disciplinador frente à sociedade e suas demandas postas. Desse modo, o Estado assumiu a regulação das tensões entre capital e trabalho através da efetivação de um conjunto de iniciativas (como a criação de leis sindicais, sociais e trabalhistas e de grandes instituições assistenciais), visando ao atendimento das necessidades sociais das classes trabalhadoras. Foi nesse movimento de controle dos conflitos sociais que ocorreu o reconhecimento da questão social e, com isso, o surgimento do Serviço Social.

Nesse contexto, os assistentes sociais trabalhariam diretamente na contradição existente na relação capital-trabalho, nas situações de pobreza e miséria postas aos trabalhadores e sua família. A atuação profissional será orientada por uma prática “de cunho humanista conservador contrário aos ideários liberal e marxista na busca de superação da hegemonia do pensamento social da Igreja em face da ‘questão social’” (YAZBECK, 2009, p. 131).

O que a literatura, de forma geral, nos mostra é que as intervenções estavam pautadas nas concepções ideológicas da classe dominante, em seus valores morais e sociais, no ajustamento individual às normas e no combate à ociosidade e à vadiagem como elementos constitutivos dessa formação. Todo esse cenário desencadeou a fundação da primeira escola de Serviço Social no Brasil em 1936, sediada em São Paulo, e, em 1937, no Estado do Rio de Janeiro<sup>11</sup>.

Backx (1994) e Iamamoto e Carvalho (1996) concluem que a institucionalização do Serviço Social, no Brasil, foi feita de forma interligada às atividades e à doutrina social da Igreja Católica, com o respaldo do Estado brasileiro. Essa perspectiva de análise, ainda que fundamental, precisa relativizar o contexto cultural da época e as limitações de gênero existentes. Por isso, destacamos a importância de se pensar as diversas experiências, no espaço das microrrelações, no qual se desenvolve o processo de construção das identidades.

A literatura da história das mulheres tem buscado problematizar o fato de que foi nas profissões ligadas ao “cuidado” (como é o caso do Ser-

<sup>11</sup> Outras escolas surgiram nos estados de Pernambuco, Paraná, Rio Grande do Sul e Rio Grande do Norte, entre os anos de 1940 e 1945, mediadas por suas especificidades regionais e políticas.

viço Social, enfermagem, pedagogia) que muitas mulheres conseguiram uma primeira forma de “saída”<sup>12</sup> de seus lares para os espaços públicos. Isso pode e deve ser pensado como estratégia política de ruptura dos papéis que lhes eram atribuídos socialmente por uma sociedade conservadora, machista, sexista, heteronormativa.

Cabe ressaltar que o sexismo e o machismo repousam na crença naturalizada de que as características biológicas justificam a diferenciação social entre homens e mulheres, resultando na subordinação da mulher e no empoderamento masculino. Desse modo, o machismo se perpetua a partir da compreensão de que os homens são naturalmente superiores às mulheres (SILVA, 2016). O conceito de gênero tem como uma de suas contribuições exatamente a desnaturalização dessas diferenças. A heteronormatividade, por sua vez, se apoia na crença de que as características heterossexuais são naturais e, por isso mesmo, marginaliza quem não se encaixa nesse padrão social; ou seja, se apoia numa perspectiva biologistica de que existem apenas duas possibilidades em relação à anatomia sexual humana: homem/mulher; macho ou fêmea (SANTOS, 2017).

No que se refere às “saídas” de seus lares por essas vias, evidencia-se que foram responsáveis por mudar a visão de mundo das mulheres e possibilitaram o trabalho no campo social<sup>13</sup>. Assim, um conceito com o qual optamos por trabalhar é o de “sair”, de Michelle Perrot (1991). Esse conceito faz referência às saídas aos espaços públicos que caracterizam a vida de algumas mulheres, uma ação marcada pelo “sair físico” e “sair moral”. O sair *físico* assinala o ato de viajar e conhecer lugares diferentes, entrar num bar para beber e conversar, estar nas ruas e praças públicas etc. Ou seja, realizar atividades e frequentar lugares até então proibidos às mulheres.

O sair *moral* pode ser compreendido como “a fuga dos papéis de gênero”<sup>14</sup>, fuga que ressignifica os espaços antes reservados às mulheres e estabelece novas formas de socialização dos seres humanos. Segundo Lole, Almeida e Freitas (2017, p. 3), “um dos legados dos estudos de gênero é a imbricação entre conhecimento e luta política, expressando uma estreita articulação entre os estudos de gênero e o movimento feminista, importante para a visibilidade teórica e prática das mulheres dentro e fora da academia”. Dessa forma, como afirma Perrot (1991, p. 522),

Mais que uma viagem de consumo cultural, interessa-nos aqui a viagem-ação, aquela que através da qual as mulheres tentam uma verdadeira ‘saída’ para fora de seus espaços e de seus papéis. Para essa transgressão é preciso uma vontade de fuga, um sofrimento, a recusa de um futuro insuportável, uma convicção, um espírito de descoberta ou de missão.

<sup>12</sup> Ver: Perrot (1991).

<sup>13</sup> Ver, nesse sentido, Mott (2003), Pereira (2015), Perrot (1991) e Silva (2016).

<sup>14</sup> As reflexões acerca das relações de gênero nos ajudam a entender como essas ações e atitudes são naturalizadas, justificando espaços femininos e masculinos. Ver: Scott (1990) ou Butler (2003), entre outras.

Ou seja, é no ato do “sair” aos espaços públicos, de frequentar outros territórios, de acessar novas culturas que as mulheres são impactadas e iniciam uma nova jornada de rupturas e transgressões à ordem vigente. Neste ponto de vista, trabalhar na perspectiva de uma história das mulheres pode trazer novos elementos.

Como vimos, o surgimento do Serviço Social se deu num cenário de extrema movimentação nas áreas social, política e econômica do país, contexto esse já bem debatido na categoria. Mas, para além dos movimentos da classe trabalhadora e das questões da esfera produtiva, movimentos diversos começaram a aparecer. Como exemplo disso, temos as várias movimentações feministas, no Brasil e no mundo, que vive, neste momento, sua Primeira Onda<sup>15</sup>.

No Brasil, ainda no século XIX, podemos perceber a existência de movimentações feministas, como demonstra a produção de Nísia Floresta, considerada uma das primeiras feministas brasileiras (BANDEIRA; MELO, 2010). Não se tratava exatamente da criação de um movimento feminista, mas era a manifestação das insatisfações femininas, constituindo-se, inclusive, uma imprensa, cujo primeiro periódico, *O Jornal das Senhoras*, data de 1852. Ainda no século XIX apareceram mulheres que lutaram pelo direito ao voto, mas de forma individual, tendo sido fundado, em 1910, o Partido Republicano Feminino.

Não podemos esquecer que a primeira fase do feminismo foi marcada pela luta das mulheres pelo direito ao voto, sendo Bertha Lutz uma das líderes desse movimento no país. Para Celi Pinto (2003, p. 26), o feminismo de Bertha representava “um feminismo ‘bem comportado’ na medida em que agia no limite da pressão intraclasse, não buscando agregar nenhum tipo de tema que pudesse pôr em xeque as bases da organização das relações patriarcais”.

Contudo, ao falar sobre o feminismo de Bertha Lutz, Rachel Soihet (2000, p. 98) relativiza essa interpretação recorrendo a Michel de Certeau, para lembrar que é “necessário desvendar as sutilezas engendradas criativamente pelos dominados, com vistas a reagir a opressão que sobre eles incide”. Ou seja, enquanto algumas mulheres lançavam mão de táticas que lhes permitiam reempregar os signos da dominação, marcando uma resistência, outras já se rebelavam abertamente. Uma referência, neste sentido, foi a anarquista Maria Lacerda de Moura, para quem a luta pelo voto iria beneficiar poucas mulheres. Contudo, é importante demarcar que não se deve fazer um juízo de valor acerca dessas lutas e entender que estas se constroem no devir histórico, dentro de um campo de possibilidades (VELHO, 1994).

Isso levou os movimentos feministas e de mulheres a terem destaque, possibilitando a inserção, cada vez maior, de mulheres na cena

<sup>15</sup> Ver: Bandeira e Melo (2010) e Pinto (2003), por exemplo.

pública e política brasileira. Basta pensar na primeira-dama Darcy Vargas<sup>16</sup>, bem como na sua filha, Alzira Vargas. Ambas, mesmo não podendo ser caracterizadas como feministas, foram figuras atuantes na política e na preocupação com uma formação técnica, já que se ampliavam as obras assistenciais, registrando, assim, a atenção com o social e, necessariamente, com a demanda por profissionais capacitados para trabalhar nesta área. A intervenção do Estado (principalmente com Alzira Vargas) se fez presente, por exemplo, na criação da ESN/UFF<sup>17</sup> (FREITAS et al., 2009).

Outro aspecto que marca essa trajetória é o pertencimento de classe das chamadas pioneiras. Essas são vistas, habitualmente, como necessariamente das elites brancas; entretanto, em nossas pesquisas, nos deparamos com pioneiras advindas das camadas pobres do interior do Estado<sup>18</sup>. Costa (1995), igualmente, traz elementos interessantes para entender esse processo ao recordar que a ESN/UFF integrava e acolhia as mulheres des-casadas, negras<sup>19</sup> e espíritas. Dessa forma, examinar em profundidade e expandir os estudos locais de outras escolas, destacando as suas protagonistas<sup>20</sup>, aponta para novas possibilidades na reconstrução da história da profissão do Serviço Social.

Faz tempos que descobrimos que a história não é necessariamente o que aconteceu e da forma como aconteceu; mas um olhar do presente que se volta sobre o passado e busca compreendê-lo com base no lugar em que estamos hoje.

### **O surgimento da ESN/UFF – Uma história de mulheres**

A história dos “outros” (mulheres, negros, loucos, trabalhadores, idosos, crianças – diversos “outros”) ocupou sempre uma posição minoritária numa história branca, dominante, ocidental e heterocentrada. O Serviço Social é uma profissão historicamente constituída por mulheres e que atende, prioritariamente, a mulheres. O olhar feminista e os estudos de gênero nos ajudam a pensar essa dimensão.

Partindo do entendimento que somos uma categoria profissional que possui necessariamente o contato com o humano em sua diversidade,

<sup>16</sup> Darcy Vargas, esposa de Getúlio Vargas, desenvolveu ações com preocupações sociais, criando instituições como o Abrigo Cristo Redentor, Casa do Jornaleiro e Legião Brasileira de Assistência. Alzira Vargas, filha deles, também desempenhava papéis políticos, sendo esposa de Ernani do Amaral Peixoto, governador do Rio de Janeiro. Destaque-se sua contribuição para a criação da LBA Fluminense e de escolas, como a de Serviço Social.

<sup>17</sup> Não se pretende, aqui, generalizar os resultados dessa pesquisa. Mas entendemos que tais considerações possam ser úteis para pensar a história do Serviço Social e reconhecer a necessidade de estudos a partir de outras realidades e outras dimensões de análise.

<sup>18</sup> Ver: Freitas et al. (2009) ou Costa (1995).

<sup>19</sup> É uma outra dimensão a ser destacada, principalmente se pensarmos o cotidiano profissional hoje, no qual temos muitas alunas negras.

<sup>20</sup> Ou seja, mulheres, agregando, é claro, de forma interseccional essa dimensão a outras, como raça, classe, geração ou orientação sexual.

compreendemos que a reflexão acerca do gênero seja fundamental quer para pensar os usuários de nossos serviços, quer para poder repensar a nós próprios. (LOLE, ALMEIDA; FREITAS, 2017, p. 4).

Nas experiências em sala de aula, ouvindo nossos alunos, parece que pouco se pode acrescentar para ponderar sobre a história da profissão: como se ela tivesse surgido apenas da ação de uma elite voltada para controlar os trabalhadores. Nessa visão, que podemos considerar como hegemônica, existem temas poucos explorados pela historiografia profissional e que poderiam enriquecer a análise da trajetória profissional. Como já afirmava J. Scott (1992, p. 144), “reivindicar a importância das mulheres na história significa necessariamente ir contra definições de história e seus agentes já estabelecidos como ‘verdadeiros’, ou pelo menos, como reflexões acuradas sobre o que aconteceu (ou teve importância no passado)”. Estamos afirmando que precisamos levar em consideração as particularidades que permeiam a nossa profissão.

Retomando as reflexões de Perrot (1991), entendemos que foram as “saídas” das mulheres dos espaços socialmente estipulados como femininos, das preocupações privadas, que as permitiram adentrar no mundo público, ainda que para atuar em espaços tidos como femininos. É esse protagonismo feminino que queremos realçar: resistências e lutas marcam a vida e a história de muitas mulheres. São essas questões que destacamos, nos voltando para esse passado, que está tão longe e, ao mesmo tempo, tão próximo de nós. Lembrando o poeta (e músico) Paulinho da Viola, é importante pensar que não vivemos no passado, mas o passado vive em nós<sup>21</sup>.

Entretanto, não se quer apenas conhecer e reviver esse passado. Esse resgate busca um novo olhar para fatos dados, de modo que se possam entender e ressignificar as ações do presente e conjecturar outras para o futuro. Como afirma Coutinho (2011, p. 22): “o passado resgatado tem importância na medida em que diz aos interlocutores atuais alguma coisa sobre o presente e, dessa forma, permite uma ação voltada para o futuro”.

A noção de experiência, enfatizada por Thompson (1987), contribui para nos aproximar do cotidiano das mulheres (ontem e hoje, na verdade). Estamos falando de mulheres que, quebrando barreiras, conquistaram não só seu espaço na sociedade, mas igualmente arquitetaram uma profissão (FREITAS et al., 2009). Ademais, fizeram isso num tempo em que a participação delas no mundo público ainda era muito mais difícil.

Podiam ter uma preocupação meramente caritativa? Sim, podiam. No entanto, isso não é necessariamente uma dimensão negativa. As atuais posturas voltadas para as dimensões cidadãs e de transformação social têm necessariamente uma perspectiva humanista subsidiando-as. O que estamos

<sup>21</sup> VIOLA, P. *Meu mundo é hoje*. Disponível em: <<http://blogln.ning.com/main/error/404?filename=profiles/blogs/paulinho-da-viola-meu-mundo>>. Acesso em: 4 dez. 15.

afirmando é que as ações de ajuda, caridade e filantropia não devem ser tratadas de forma pejorativa quando se pesquisa as primeiras formas de atuação das assistentes sociais; diferente disso, notamos que, com essas atividades, novas ações e interpretações foram sendo pensadas e gestadas pelas mesmas, proporcionando inquietações variadas que levaram a modificações da prática profissional<sup>22</sup>.

Foi a partir dessas saídas que mulheres de camadas médias – mas também das camadas populares<sup>23</sup> – puderam conhecer outros mundos, outras realidades, vivenciar outras experiências, gerir fundos públicos e privados, bem como instituições, chegando a contestar inclusive a gestão masculina (PERROT, 1991). Foram mulheres que criaram instituições, politizaram festas, enfim, construíram um saber e uma atividade que as colocaram em lugares de poder.

Se, no início, o alvo da ação profissional eram os trabalhadores e suas famílias (mulheres, crianças e idosos), em muitos casos a alteridade deve ter feito parte do cotidiano dessas profissionais, em práticas formadas de identidades que se estabeleciam entre elas e os sujeitos atendidos. O importante é pensar que “esse cadinho de identidade foi, nos limites do político e do social, do público e do privado, do religioso e do moral, um laboratório de experiências” (PERROT, 1991, p. 510). Por isso, sem desmerecer as críticas que possam ser feitas às ações de ajuda, caridade e filantropia, devemos tentar compreender que, paradoxalmente, esse foi também um espaço importante para a saída das mulheres de seus cotidianos de gênero. Ensinar, tratar e assistir há anos vêm se constituindo como a base das chamadas “profissões femininas”. As perspectivas de vocação e voluntariado foram importantes num primeiro momento, para, em seguida, proporcionar a construção de novas práticas profissionais: “pelo campo do social as mulheres veem ser-lhes reconhecida uma competência que legitima o seu desejo de autonomia gestonária” (PERROT, 1991, p. 508).

Freitas et al. (2009) e Costa (1995) apontam a importância de Alzira Vargas na trajetória de construção da ESSN. Sob direção da “Alzirinha”<sup>24</sup>, a Legião Brasileira de Assistência (LBA) consolidou a organização de cursos intensivos de treinamentos do voluntariado. Dentre estes, estava o de visitadoras sociais, que viabilizou a aproximação das alunas à realidade existente nas comunidades e demais regiões vulneráveis, ocasionando diretamente o surgimento da ESSN/UFF<sup>25</sup>.

<sup>22</sup> A *Revista Gênero* em 2015 publicou o Dossiê Gênero, Assistência e Filantropia. Como afirma Martins (2015, p. 9), o traço comum entre os textos do dossiê é “a busca pelo protagonismo feminino a partir de práticas até bem recentemente consideradas pela história das mulheres e também pela história do Serviço Social como representativas do conservadorismo de classe e da subalternidade das mulheres de elites, restritas a atividades sociais mitigadoras e normatizadoras da vida das pessoas mais pobres”.

<sup>23</sup> Ver: Freitas et al. (2009).

<sup>24</sup> O apelido Alzirinha se encontra na obra de Costa (1995).

<sup>25</sup> Não se trata de dizer que os homens se ausentaram desse cenário; ao contrário, a presença masculina se fazia presente. A criação da ESSN “projetou e consolidou o campo assistencial como o da mulher fluminense, mas sob o amplo aplauso dos homens desse Estado” (COSTA, 1995, p. 26).

Qual o perfil das mulheres que compunham as turmas iniciais da escola? Convocadas para participarem do curso de Serviço Social, as professoras primárias que residiam e atuavam no interior do Estado do Rio de Janeiro<sup>26</sup> foram deslocadas em regime de comissionamento (em que recebiam seus salários integrais até o término de sua formação acadêmica profissional). Logo, pessoas de poucos recursos também podiam concorrer às bolsas de estudos. Além disso, faziam parte dessas turmas as funcionárias das poucas instituições assistenciais e sociais existentes.

Com isso, já se destaca um elemento diferencial desta escola: à medida que não delimitava um perfil socioeconômico, mulheres de camadas populares também podiam se inscrever (SILVA, 2016). A intenção original era de que, após a formação, essas alunas retornassem às suas cidades. Contudo, a maioria permaneceu na cidade de Niterói e trabalhou nas instituições assistenciais, nos grupos escolares e na docência da escola.

Silva (2016) sinaliza que a ESSN adquiriu notoriedade neste momento. Segundo Costa (1995, p. 27):

Muitos jornais, entre 1945 e 1949, de grande e pequena circulação, não só conferiram seguidas notícias em torno da criação, das atividades e dos projetos da Escola de Serviço Social do antigo estado do Rio de Janeiro, como qualificaram essas iniciativas como relevantes para a sociedade em geral, nas quais algumas mulheres de ‘qualidade’ se empenhavam e, por isso, muitas deveriam seguir-lhes o exemplo.

O que torna poderosa tal ênfase é que essas matérias, escritas por homens, garantiam a centralidade “das atividades assistenciais do novo campo de trabalho da mulher fluminense” (COSTA, 1995, p. 27). A escola também foi palco para as atividades culturais e políticas da cidade de Niterói, além de movimentar a economia local por causa do deslocamento de diversos alunos vindos de todas as partes do Estado e até do país. Por isso, é válido relativizar alguns elementos da historiografia profissional. E, aqui, trazemos alguns deles, a saber: a dimensão da classe social das pioneiras; a presença majoritária (ou praticamente exclusiva) de mulheres católicas; e a opção por um saber e uma prática influenciados pelo conservadorismo.

Em primeiro lugar, destacamos a dimensão de classe social das pioneiras da ESSN. Geralmente, lemos que as primeiras assistentes sociais eram mulheres das camadas sociais abastadas e de grande poder aquisitivo. No entanto, isso é algo questionável se nos voltarmos, por exemplo, para o caso dessa escola. Havia representantes das elites? Sim, mas não só. As precursoras da ESSN/UFF são provenientes das camadas sociais médias e pobres. Como o curso era gratuito, muitas mulheres que tinham o interesse em acessar

<sup>26</sup> Costa (1995) destaca algumas cidades, como: Campos de Goytacazes, Paraíba do Sul, Friburgo, Petrópolis, Bom Jesus do Itabapoana, Três Rios, Vassouras, dentre outras.

um trabalho, a fim de assessorar as despesas familiares, acabavam por se inscrever e fazer o curso (BRAGA; FREITAS, 2007).

Em segundo lugar, a visão de que as primeiras escolas emergem basicamente amparadas pelo discurso católico deve ser relativizada (BRAGA; FREITAS, 2007; COSTA, 1995). Não negamos a influência religiosa do catolicismo, mas não podemos esquecer que essa escola (e possivelmente outras) teve uma intervenção direta do poder público na efetivação do curso. Além disso, foi possível verificar a convivência de outras religiões que se faziam presentes entre as alunas e professoras do curso (algumas das pioneiras, por exemplo, se definiam como “espíritas”).

Por fim, vale lembrar que o acesso aos acervos bibliográficos eram escassos; além disso, não existia um aparato de regulamentação profissional, bem como associações de representação da categoria. Para isso, muitas alunas e/ou professoras tiveram que viajar por vários estados brasileiros e países (França, Estados Unidos, Argentina, Chile e Uruguai), visando à troca de conhecimento e ao acesso a algum tipo de literatura sistematizada. As traduções dos materiais provenientes dos seminários, encontros, cursos e experiências exteriores propiciaram a produção acadêmica que fundamentava as aulas e aquisição de novos saberes. Como se sabe, o acesso a uma literatura crítica (como as obras de Karl Marx) só foi possível a partir de meados dos anos de 1970. Desse modo, o fazer profissional tornava-se um grande desafio a ser enfrentado e, com certeza, as principais influências tidas eram da Doutrina Social da Igreja Católica e do Positivismo.

Portanto, ao tecermos essas considerações, somos provocados a realizar reflexões sobre a história das mulheres (as pioneiras) e de todos os fatores envolvidos naquele momento: as relações de poder estabelecidas e os movimentos organizados de lutas, reivindicações e resistências na constituição do Serviço Social (SILVA, 2016), ou seja, conhecer suas conquistas, dilemas, desafios e saídas para instituírem uma profissão. Se essas lutas e resistências não são reconhecidas, no meio profissional, como revolucionárias, devem, contudo, ser compreendidas como parte de um processo histórico de uma dada sociedade, permeada por uma conjuntura social, política e econômica que não permitia às mulheres o mundo público. Sociedade essa em que o simples fato de ingressar em uma profissão trouxe consigo um conjunto de rupturas e revoluções.

Enfim, o que estamos afirmando é que as ações de cunho assistencial contribuíram para que as pioneiras da Escola de Serviço Social em Niterói circulassem nas cidades, se apoderassem da esfera pública e construíssem a profissão<sup>27</sup>. Vivenciaram, possivelmente, inúmeros limites dentro

<sup>27</sup> Ver: Pereira (2015). Pode nos fazer refletir: como nos enxergamos hoje, nós, mulheres do Serviço Social, comprometidas com um projeto ético político de construção de um mundo e de práticas emancipatórias? Estamos vendo a nós mesmas e nossas usuárias como sujeitos históricos, respeitando suas histórias, suas trajetórias e opções? Essa é uma questão que traz impacto direto na formação e prática profissional.

dos seus cotidianos marcados pela dominação e opressão, mas conseguiram romper tais impedimentos e exerceram “um papel fundamental na vida política da universidade e da cidade” (BRAGA; FREITAS, 2007, p. 17).

Além dessa influência política, essas mulheres edificaram um novo olhar sobre o mundo, sobre elas mesmas; ampliaram o trabalho social e protagonizaram a formação da profissão e do sistema de proteção social niteroiense. Utilizando a mesma lógica de Perrot (1991, p. 509), podemos dizer que essas pioneiras consolidaram “seu compromisso social [em] um exercício de liberdade pessoal”. Foram mulheres que desafiaram o conservadorismo vigente e conquistaram sua independência profissional e pessoal. Uma história que não se debruce a pensar essas especificidades não dá conta do contraditório das práticas sociais e da riqueza e diversidade das experiências vividas. E, mais do que isso, mantém na invisibilidade o protagonismo dessas mulheres.

### **Desafios atuais**

Um fato relevante para o conhecimento acerca da história do Serviço Social é que as chamadas pioneiras não devem ficar em segundo plano. É importante a análise conjuntural, situando o contexto social, político e econômico. Mas é igualmente essencial, em nosso entendimento, a construção de um olhar para essas mulheres, a fim de resgatá-las de uma história que, como é comum, não apreende a sua participação. Neste sentido, a perspectiva da micro-história ocupou um lugar de destaque em nosso texto ao buscar se diferenciar das abordagens da macro-história, pois, as dimensões do cotidiano ajudam para pensar o Serviço Social como uma profissão inscrita na divisão sociotécnica do trabalho, composta, prioritariamente, por mulheres de diferentes classes sociais, gênero, sexualidades, raça-etnia, geração, necessidades especiais. O mesmo vale para a população que atendemos. Essas preocupações têm que estar presentes em nossa formação profissional. A não integração dessas dimensões (da macro e da microanálise) nos currículos acadêmicos aponta a continuidade desses estudos numa posição marginal na academia (NARVAZ; KOLLER, 2006).

Nesse sentido, vale destacar a interseccionalidade como importante ferramenta de análise e de luta política. Caudatária do feminismo negro, entende-se interseccionalidade como uma “ferramenta de análise, militância e desenvolvimento de políticas que considera a discriminação múltipla e que nos ajuda a compreender o impacto de diferentes eixos identitários no acesso a direitos e oportunidades” – na definição da Association for Women’s Rights in Development (AWID) (apud SANTOS, 2012b, p. 14). Como aponta também Helena Hirata (2014, p. 69 – grifos nossos), “a interseccionalidade é vista como uma das formas de combater as opressões múltiplas e imbricadas, e, portanto, como um instrumento de luta política.

Ademais, não se pode negar que, entre os anos 1990 e 2000, é possível notar um avanço na produção acadêmica acerca de outras questões, para além do debate de classes<sup>28</sup>. Estamos pensando aqui especificamente na aproximação da questão de gênero e dos estudos de raça-etnia e geração que ganharam espaços<sup>29</sup>. Como enfatiza Costa (1994), o “chão histórico” onde se constrói nossa experiência profissional é, necessariamente, o das “lutas pelos direitos sociais” dos diferentes sujeitos sociais. Isso nos conduz, ainda segundo Costa (1994), para uma história de mulheres, que estão presentes seja nos espaços privados, seja nos públicos da proteção social.

A luta por uma sociedade em favor da equidade e justiça social não pode deixar, em segundo plano, os desejos e demandas de setores historicamente oprimidos, como as mulheres, os negros, os gays, as lésbicas, as travestis, as transgêneros, as crianças, os adolescentes, os idosos. Segundo Braz (2005), o projeto ético-político da profissão assume um compromisso com a autonomia, emancipação e reconhecimento da liberdade como valor ético central, uma vez que apresenta como opção “um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero”<sup>30</sup>.

Foi a partir da problematização dessas questões que esse texto se construiu, já que as questões relacionadas às dimensões citadas ainda não ocupam espaço relevante em nossa formação. Isso, nas palavras de Kleba Lisboa (2010), reflete a dificuldade da articulação entre o Serviço Social e os estudos de gênero e os feminismos. Ao se incorporar a teoria marxiana, a profissão priorizou o enfoque de classe, desconsiderando, muitas vezes, a heterogeneidade do pensamento a partir das dimensões sócio-históricas e culturais que emergem no cotidiano das práticas, entre elas as diferenças sexuais, de identidade, de raça/etnia e de gênero.

Resumindo, esse texto buscou mostrar o protagonismo das mulheres no início da profissão e a importância de suas experiências. As memórias construídas necessitam contemplar o feminino e resgatar, em sua complexidade e diversidade, o papel das pioneiras para a consolidação da profissão, de mulheres que ousaram pronunciar frases como esta: “o necessário para a independência da mulher é a cultura, é a instrução, a independência econômica<sup>31</sup>. No dia que ela tiver independência econômica, ela é dona de si mesma”. Essa é a frase de D. Nilda Ney, uma das pioneiras da ESSN (FREITAS et al., 2009).

<sup>28</sup> Ver, por exemplo, a dissertação de Gomes (2015), que analisa as tendências de pesquisa nas temáticas de sexualidade, diversidade sexual e diversidade de gênero no interior do Serviço Social. O diálogo com as questões de gênero e feminismo avançaram também. Ver, por exemplo, Cisne (2014) e Gurgel (2014).

<sup>29</sup> Entretanto, ainda persiste um grande distanciamento entre Serviço Social e debate racial, bem como de diversidade sexual (FREITAS; SILVA; SANTOS, 2016).

<sup>30</sup> Ver: Código de Ética Profissional (CFESS, 1996).

<sup>31</sup> Podemos associar essa frase com a célebre expressão de Virginia Woolf (2005), de que toda mulher precisa de um quarto e uma renda. Tal ideia é expressa no livro *Um quarto só para si*, publicado pela Editora Relógio D'água, de Lisboa.

Acreditamos que a história é feita por sujeitos, dentro das condições socialmente existentes. Mas esses sujeitos têm uma inserção diferenciada de acordo com a classe, o gênero, a cor, a geração, as necessidades específicas, as territorialidades e tantas outras dimensões que poderíamos considerar. Acima de tudo, são capazes de construir estratégias de resistência.

As mulheres não são passivas nem submissas. A miséria, a opressão, a dominação, por reais que sejam, não bastam para contar sua história. Elas estão presentes aqui e além. Elas são diferentes. Elas se afirmam por outras palavras, outros gestos. Na cidade, na própria fábrica, elas tem outras práticas cotidianas, formas concretas de resistência – à hierarquia, à disciplina – que derrotam a racionalidade do poder, enxertadas sobre seu uso próprio do tempo e do espaço. Elas traçam um caminho que é preciso reencontrar. Uma história outra. Uma outra história. (PERROT, 1988, p. 212).

Enfim, contamos uma história que não está concluída. Reafirmamos que conhecer melhor nosso passado impacta em nosso presente, na aproximação aos usuários e usuárias que atendemos, e pode nos ajudar a pensar em outros futuros. Essa história é parte integrante da vida – e da história – de muitas mulheres. Não podemos calar a experiência de metade da humanidade e certamente quase 90% de nossa profissão. Fica, em pauta, um grande desafio para a categoria profissional.

**Referências**

- ALBERTI, V. *Manual de história oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.
- BACKX, S. de S. *Serviço Social: reexaminando sua história*. Rio de Janeiro: JC Editora S. A., 1994.
- BANDEIRA, L.; MELO, H. P. de. *Tempos e memórias: movimento feminista no Brasil*. Brasília: SPM, 2010.
- BENJAMIM, W. *Obras Escolhidas I: magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BRAGA, C. D.; FREITAS, R. de C. S. *Projeto de Extensão Niterói – Cidade das Mulheres: criação de fontes orais de pesquisa para o resgate da história da cidade*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2007.
- BRAZ, M. Notas sobre o projeto ético-político do Serviço Social. In: *Assistente social: ética e direitos*. Rio de Janeiro: Cress/7ª Região, 2005.
- BURKE, P. (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Ed. Uni. Estadual Paulista, 1992.
- BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.
- CFESS. *Código de Ética Profissional*. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 1996.
- CHARTIER, R. *A história cultural: entre práticas e representações sociais*. Rio de Janeiro/Lisboa: Editora Bertrand Brasil/ Difel, 1990.
- CISNE, M. Relações sociais de sexo, “raça”/etnia e classe: uma análise feminista-materialista. *Revista Temporalis*, Brasília, ano 14, n. 28, jul./dez. 2014.
- COSTA, S. G. *Memória do Serviço Social: lugar na história e na historiografia*. In: SEMINÁRIO SERVIÇO SOCIAL NO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro, Uerj, maio de 1994.
- \_\_\_\_\_. *Signos em transformação: a dialética de uma cultura profissional*. São Paulo: Editora Cortez, 1995.
- COUTINHO, E. G. *Velhas histórias, memórias futuras: o sentido da tradição em Paulinho da Viola*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.
- FARGE, A. Agitadoras notórias. In: PERROT, M.; DUBY, G. (Org.). *História das mulheres no Ocidente*. Porto/São Paulo: Ed. Afrontamento/Ebradil, 1991.
- FERREIRA, M. de M.; AMADO, J. (Org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.
- FREITAS, R. de C. S. et al. Escolas de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 97, 2009.

FREITAS, R.; BRAGA, C. *Relatório de atividades do Projeto de Pesquisa e Extensão Niterói – A Universidade e as Mulheres*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2012.

FREITAS, R.; SILVA, G.; SANTOS, N. *Serviço Social e diversidade sexual: notas introdutórias*. In: VIII CONGRESSO INTERNACIONAL DE ESTUDOS SOBRE A DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO, Juiz de Fora, 23 a 25 de nov. 2016.

GOMES, L. R. Tendências da pesquisa: sexualidade, diversidade sexual, e diversidade de gênero no Serviço Social (2013-2014). Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/Uerj, Rio de Janeiro, 2015.

GURGEL, T. Feminismos no Brasil contemporâneo: apontamentos críticos e desafios organizativos. *Revista Temporalis*, n. 7, jan./jun. 2014.

HIRATA, H. Gênero, classe e raça – Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social*, v. 26, n. 1, 2014.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico metodológica*. São Paulo: Cortez, 1996.

KLEBA LISBOA, T. Gênero, feminismo e Serviço Social: encontros e desencontros ao longo da história da profissão. *Revista katálysis*, v. 13, n. 1. 2010.

LOLE, A. ALMEIDA, C. e FREITAS, R. Por uma história do gênero e feminismo no Serviço Social, In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DA FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE DE JUIZ DE FORA, Juiz de Fora, 23 a 26 DE OUTUBRO DE 2017.

MARTINS, A. P. V. Apresentação ao Dossiê Gênero, Assistência e Filantropia. *Revista Gênero*, Niterói, v.15, n. 2, 2015.

MOTT, M. L. Estudos biográficos e filantropia: uma reflexão a partir da trajetória de vida de Pérola Byington. *Revista Gênero*, Niterói, v. 3, n. 2, 2003.

NARVAZ, M. G.; KOLLER, S. H. Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. *Revista Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 11, n. 3, 2006.

NETTO, J. P. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez, 2011.

NEVES, S.; NOGUEIRA, C. Metodologias feministas: a reflexividade ao serviço da investigação nas ciências sociais. *Revista Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 18, n. 3, 2005.

OLIVEIRA, E. M. A. P. de; CHAVES, H. L. A. 80 anos do Serviço Social no Brasil: marcos históricos balizados nos códigos de ética da profissão. *Revista Serviço Social e Sociedade*, n. 128, 2017.

PEREIRA, A. L. de C. Um caminho de violetas: trajetórias femininas, filantropia e proteção social. *Revista Gênero*, Niterói, v. 15, n. 2, 2015.

PERROT, M. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1988.

\_\_\_\_\_. “Sair”. In: PERROT, M.; DUBY, G. (Org.). *História das mulheres no Ocidente*. Porto/São Paulo: Ed. Afrontamento/Ebradil, 1991.

PINTO, C. R. J. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

PORTELLI, A. A filosofia e os fatos – Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. *Revista Tempo*, Rio de Janeiro, n. 2, dez. 1996.

SANTOS, A. C. Entre a academia e o ativismo: sociologia, estudos queer e movimento LGBT em Portugal. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 76, 2006.

\_\_\_\_\_. Academia, ativismo e sexualidade: reflexões acerca de uma sociologia pública *queer*. In: VII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA, Porto, Universidade do Porto, 19 a 22 jun. 2012a.

\_\_\_\_\_. Entre duas mulheres isso não acontece – Um estudo exploratório sobre violência conjugal lésbica. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 98, 2012b.

SANTOS, N. C. R. dos. *Violência conjugal lésbica: concepções e relatos de profissionais que atuam na rede de atendimento às mulheres em situação de violência na cidade de Niterói*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social/UFF, Rio de Janeiro, 2017.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. *Cadernos SOS Corpo*, Recife, 1990.

\_\_\_\_\_. História das mulheres. In: BURKE, P. (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Ed. Uni. Estadual Paulista, 1992.

SHARP, J. A história vista de baixo. In: BURKE, P. (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Ed. Unesp, 1992.

SILVA, I. M. da. Nos campos de Violetta: tecendo uma história de mulheres. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação da Escola de Serviço Social) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

SOIHET, R. A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres: a militância feminista de Bertha Lutz. *Revista Brasileira de Educação*, n. 15. 2000.

SOIHET, R.; PEDRO, J. M. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 27, n. 54, dez. 2007.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade*. Vol. I. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VELHO, G. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Zahar ed., 1994.

VIOLA, P. *Meu mundo é hoje*. 1972. Disponível em: <<http://blogln.ning.com/profiles/blogs/paulinho-da-viola-meu-mundo>>. Acesso em: 4 dez. 15.

WOOLF, V. *Um quarto só para si*. Lisboa: Editora Relógio D'água, 2005.

YAZBEK, M. C. Fundamentos histórico e teórico-metodológicos do Serviço Social. In: \_\_\_\_\_. *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/Abepss, 2009.

DOI: 10.12957/rep.2018.39427

Recebido em 26 de agosto de 2017.

Aprovado para publicação em 25 de janeiro de 2018.



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.